



PSD p.9

Questões éticas não podem ser tratadas de "forma leviana"



PSD p.10

Autárquicas 2017: continuar a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos

# POVO LIVRE



nº 1948

14 de dezembro de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Reforçar as competências dos municípios

Pedro Passos Coelho esteve num almoço autárquico do PSD de Resende



Debate quinzenal

# “Ainda não ouvimos uma simples explicação para aquilo que se passou na Caixa”



Pedro Passos Coelho exige que o primeiro-ministro dê explicações aos portugueses sobre o que se passou na Caixa Geral de Depósitos (CGD). No debate quinzenal com o primeiro-ministro, na quarta-feira, 7 de dezembro, no parlamento, o presidente e deputado do PSD sublinhou que esta é uma questão importante para a economia portuguesa, para o crescimento das expectativas positivas sobre o emprego e economia, e que por isso urge uma explicação do Governo sobre o que se passou na CGD. “Ainda não ouvi uma simples explicação para aquilo que se passou. Não sabemos até hoje porque António Domingues se demitiu”, disse.

“O país não pode fazer especulações jornalísticas sobre questões magnas e importantes como esta. Tem de ser o Governo, serenamente, a informar os portugueses sobre o que se passou, porque enquanto isso não acontecer não há confiança. Para gerar confiança é preciso dar transparência à explicação”, frisou o deputado.

Perante a informação dada pelo primeiro-ministro de que a administração da CGD se demitiu depois da aprovação, no Parlamento, de uma lei que os obrigava a apresentar as suas declarações de património e rendimento, Passos Coelho afirmou que “há qualquer coisa que não bate certo”, pois essas declarações foram apresentadas pelos administradores.

Passos Coelho exige transparência a António Costa: “Enquanto isso não acontecer não há confiança”.

## Descentralização

O líder social-democrata reconhece a validade do tema que o Governo socialista levou ao parlamento e desafiou António Costa a não perder a oportunidade de empreender um bom esforço de descentralização. “Pena que tenha perdido a oportunidade no Orçamento do Estado de viabilizar as propostas do PSD com o mesmo propósito”, criticou.

Passos Coelho referia-se às propostas que o PSD levou ao Parlamento sobre o mesmo tema e que “foram chumbadas liminarmente”, sem merecerem qualquer reflexão. Ainda assim, Passos deixou uma promessa: “Foram várias as propostas e sintomático foi que nenhuma delas tivesse merecido reflexão, discussão, nem



qualquer voto de viabilização da maioria que apoia o Governo. Mas nós não somos de amuar e aceitamos que o Parlamento decida chumbar liminarmente a nossas propostas e que, depois, peguem em várias delas e as apresente como suas no ano seguinte. Espero que não se perca uma oportunidade de ouro para que a nova geração de autarcas que temos em Portugal possa lutar por um novo ciclo de desenvolvimento dos seus territórios, de atratividade de investimento, de qualificação dos nossos recursos e de prestação de serviços públicos em áreas sociais relevantes". Fica a garantia de que o PSD está disposto a debater com o PS propostas de descentralização.

### Relatório PISA

A concluir as suas intervenções no debate quinzenal, Pedro Passos Coelho referiu-se aos resultados positivos alcançados por Portugal nos testes PISA. Segundo o social-democrata estes testes "mostram resultados muito importantes alcançados pela comunidade educativa e que não são indiferentes às políticas que foram prosseguidas". Perante estas melhorias dos nossos alunos, o líder do PSD questionou a António Costa "por que é que o Governo não aguardou pelo resultado da avaliação externa para reverter tantas medidas importantes na política educativa".

# PS diz “umas coisas incongruentes” para agradar “clientelas”





Pedro Passos Coelho acusa o PS de dizer “umas coisas incongruentes” e “às vezes ridículas” para agradar aos setores que o apoiam e de ter mudado “não para melhor”. Durante um convívio de Natal em Braga, dia 7, o líder do PSD alertou que “não é com graçolas” que se constrói o futuro, que o país está a “deitar pela janela fora” oportunidades, mas que o Governo “está contente”, porque “satisfaz as suas clientelas”. Acrescentando, que ao satisfazer a suas clientelas pensa “que o futuro está assegurado. Só que o problema é que o futuro do país não está”.

O presidente do PSD referiu que não há confiança em Portugal e “todos nós sabemos o motivo. É porque este governo escolheu um caminho que a põe em causa.” O líder do PSD alerta também que o país está “deitar pela janela fora as oportunidades que os outros estão a agarrar bem”, o que, confessou, o deixa um “bocadinho desesperado”.

“Nós [o PSD] não precisamos de dizer umas coisas incongruentes, incoerentes, às vezes ridículas apenas para agradar a alguns setores sem os quais a gente não se aguenta no Governo, é assim que está o PS, disse Pedro Passos Coelho.

“Só não é pior, porque muitas das pessoas que estão hoje no Governo acreditam mesmo que o BE tem razão e sentem-se hoje muito mais próximos do PCP do que de nós. São eles que dizem, não é uma acusação nossa”, disse.

“Imaginem o que teria sido de Portugal nestes 40 anos de essa tivesse sido a posição do Partido Socialista. Nem a constituição tinha sido revista e ainda hoje vivíamos com as nacionalizações, mesmo quase 30 anos depois do muro de Berlim ter caído. Era assim que estaríamos se o PS de então pensasse como PS de hoje”, considerou, apresentando uma conclusão: “Portanto, o PS tem mudado, não é para melhor, creio eu”.

Pedro Passos Coelho reafirmou que o PSD oferece uma “visão mais construtiva e positiva” para o futuro de Portugal. “Nós podemos oferecer uma visão mais construtiva e mais positiva aos portugueses do que aquela que está a ser oferecida por este Governo e é isso que faz do PSD um partido chave para o futuro do país”, disse o Líder do PSD.

“Portugal vale bem o nosso esforço e levar os portugueses a sério, levar o país a sério, exige mais de nós mais do que alguma pantominice, alguma bonomia, alguma graçola. Não é com graçolas que a gente constrói o futuro”, referiu.

O presidente do PSD lembrou ainda que o importante é não se perder “o tino e o rumo”: “Podemos conservar a nossa orientação e, se for assim, não tenham impaciência, porque a nossa vez de servir o país chegará, seremos precisos para uma nova fase da vida do país”.



# Reforçar as competências dos municípios

Existe hoje uma nova geração de quadros autárquicos capaz de receber mais competências do Estado central, defendeu no domingo, 11 de dezembro, em Resende, Pedro Passos Coelho. O presidente do PSD assegura que o Partido voltará a levar ao parlamento as propostas de descentralização, que a maioria chumbou do debate no Orçamento do Estado para 2017.

“Podemos atribuir aos nossos autarcas, às juntas de freguesia e às câmaras municipais mais competências e mais responsabilidades, para que elas próprias possam fazer melhor aquilo que o Estado não faz tão bem”, explicou Pedro Passos Coelho no convívio-autárquico do PSD de Resende.

O líder social-democrata destacou a capacidade do poder local de atuar de forma mais eficiência na resolução dos problemas das suas populações, dado que são os autarcas quem está mais perto das pessoas, alcançando respostas “sem gastar necessariamente mais dinheiro”. “Vai uma diferença muito grande entre estar em Lisboa a planear coisas para aqui, para Resende, e estar aqui a encontrar soluções para os problemas”, justificou, dando como exemplo os horários de atendimento dos centros de saúde.

A saúde foi uma das áreas visadas nas propostas de descentralização que o PSD apresentou no debate do Orçamento do Estado de 2017, que a maioria parlamentar chumbou, justificando que aquele não seria o momento adequado para discutir o tema. Pedro Passos Coelho lembrou que, agora, “o primeiro-ministro veio dizer que podemos discutir” a descentralização. “E nós lá apresentaremos outra vez estas propostas”, salientou o líder social-democrata, afirmando-se “convencido de que não há nada que impeça que os municípios possam receber estas competências”.

Acresce que o poder local tem agora equipas habilitadas para os novos desafios que o futuro traz. “É também uma geração mais preparada”, destacou, “para poder atrair algum investimento e gerar oportunidades de desenvolvimento para as terras”. Para o líder do PSD, é incontornável que um dos maiores



desafios do futuro para o poder local é a criação de emprego como meio para fixar populações. “As pessoas só ficam nos sítios onde têm emprego”. Para isso, é necessário valorizar ainda mais os recursos locais, acrescentou.

Pedro Passos Coelho não deixou de prestar homenagem ao trabalho que, durante estes 40 anos de poder local os autarcas têm desenvolvido, recordando ainda momentos como a adesão à Comunidade Económica Europeia. “Quando olhávamos para a Europa, olhávamos para aquilo que gostávamos de ser aqui em Portugal: ter sociedades mais desenvolvidas, com mais investimento e mais geração de emprego e em que o bem-estar não estivesse apenas nas grandes cidades, em que as pessoas, para poderem estudar, não tivessem de ir para muito longe.”

“Muitas das coisas importantes que se fizeram, fizeram-se com dinheiro que a solidariedade europeia colocou para pôr Portugal a desenvolver-se”, sublinhou. Coube aos autarcas executar esses fundos e o “PSD tem esse histórico de ter tido grandes autarcas”, reconheceu Pedro Passos Coelho. “Conseguimos, com essa geração de quadros autárquicos, ajudar a transformar muito as nossas terras”, mas hoje as câmaras municipais e juntas de freguesia “podem ser ainda mais ativas”. E são os países mais desenvolvidos aqueles que confiam mais competências ao poder local, vincou ainda o presidente do PSD, sublinhando que “não podemos esperar que o Estado trate de tudo”. Do Estado, espera-se “que seja independente” e que “possa servir” todos os portugueses, avisou.

Numa intervenção onde focou ainda o papel dos partidos, Pedro Passos Coelho sublinhou que o PSD leva o país e os portugueses a sério. “Devemos pensar justamente no bem comum” e no que “pode ser mais importante para todos os portugueses”, o que passa por “construir alguma coisa com futuro e para futuro”. “A riqueza de um país e de uma terra não são riquezas eternas, dependem muito de as pessoas que lá estão saberem acrescentar sempre qualquer coisa”, apontou. Assim, “é preciso estar atento às oportunidades que nos podem bater à porta e podem acrescentar valor ao que já temos”, acrescentou Pedro Passos Coelho, estabelecendo um paralelismo com a gestão de António Costa neste primeiro ano de mandato, em que o líder do PSD vê o crescente risco de “se gastar à vontade” sem acautelar o futuro e sem realismo.

## Valorização de recursos próprios para captação de investimento

O líder do PSD apelou para que os concelhos que estão a perder população combatam a “hemorragia de gente” apostando na captação de investimentos que valorizem os recursos próprios. “As nossas terras podem hoje ter soluções de captação de investimento valorizando os nossos recursos próprios, explorando o que temos de bom. Antigamente, ninguém dava nada por isso, mas hoje valoriza-se isso”, referiu.

Na intervenção que proferiu no almoço autárquico do PSD de Resende, Passos Coelho sublinhou que apesar de o país ter ganho centros de saúde, escolas e estradas nos últimos 40 anos, há “uma hemorragia de gente” nas terras.

“As pessoas só ficam nos sítios onde têm emprego. Gostamos muito da nossa terra, mas se não tivermos lá emprego, temos de ir à procura dele”, alertou.

O presidente do PSD destacou a importância do Douro para o concelho de Resende, localizado no norte do distrito de Viseu. “Cada vez mais o Douro atrai interesse e é preciso trazer uma parte desse interesse para aqui também. Saber fazer o desenvolvimento desta terra com os municípios à volta”, disse.

No seu entender, é necessário atrair os turistas, para que gastem uma parte nestes territórios, onde podem “ver coisas bonitas” e que “estão bem conservadas”.

“Há uma indústria à volta do turismo muito importante”, acrescentou.

Para o presidente do PSD, estes territórios têm um conjunto de oportunidades para poderem crescer, desde que tenham pessoas competentes e bem preparadas na sua liderança.

“Há certos autarcas que não se deviam ter metido nisto e deviam ter dado a vez a outros. E há outros que são muito bem preparados e que quando fazem o seu trabalho bem feito podem dar esse talento e competência ao serviço desses territórios”, concluiu.

## Jantar com militantes em Alijó “Tem faltado ostensivamente o respeito pelas regras da democracia”

A assinalar os 40 anos das primeiras eleições democráticas para o poder local, Pedro Passos Coelho prestou, no sábado, 10 de dezembro, em Alijó, homenagem ao legado dos autarcas que, durante quatro décadas, lutaram pelo desenvolvimento do país. Um país que é hoje muito diferente do de 1976, assinalou o presidente do PSD, apontando que Portugal está perante um novo ciclo do poder local, assim o Governo cumprirá o que o primeiro-ministro sinalizou. “Espero que as eleições de 2017 possam iniciar um ciclo novo, nestes 40 anos de poder local, em que os municípios possam vir a desempenhar um papel ainda mais relevante no bem-estar das nossas populações.”



Para Pedro Passos Coelho, o poder local está capacitado para dar esse passo e para oferecer respostas mais capazes às suas populações, em domínios que abrangem a saúde, a educação, as políticas culturais e o apoio social. “Espero que aquilo que ainda hoje foi sublinhado pelo primeiro-ministro – a necessidade de avançar com uma reforma descentralizadora mais ambiciosa – possa realmente concretizar-se.”

A resposta dos municípios é tanto mais relevante quanto se sabe que é o poder local que está mais próximo das pessoas, destacou o líder do PSD, apontando os ganhos de eficiência, qualidade das políticas e melhoria de custos que uma reforma descentralizadora poderia trazer.

Foram esses objetivos que estiveram na base das propostas de descentralização que o PSD apresentou para o Orçamento de 2017, com vista a que entrassem em vigor no ano seguinte, já após as eleições autárquicas. “Infelizmente, a maioria que hoje governa chumbou tudo. E agora, como já chumbaram tudo, conseguem vir dizer que vão começar a tratar, na Assembleia da República, da descentralização”, pedindo a colaboração do PSD, resumiu Pedro Passos Coelho.

O presidente social-democrata garantiu que o PSD estará disponível para colaborar nesse debate, “porque orientamo-nos na política a pensar no país”, não na maioria parlamentar.

O mesmo sentido de responsabilidade foi o que Pedro Passos Coelho desejou que o próximo ano pudesse trazer. “Responsabilidade política, mas também mais consciência democrática, do que temos visto ao longo do ano de 2016”, rematou o líder do PSD, não sem antes felicitar o presidente da Câmara Municipal de Alijó pela notícia que deu aos militantes social-democratas. Carlos Jorge Magalhães havia anunciado que, na próxima segunda-feira, o município dará por encerrado o Programa de Apoio à Economia Local. Alijó era, até há poucos anos, um dos municípios mais endividados do país.

## Portugal deve ser mais ambicioso para crescer mais

O Governo investe no dia-a-dia e perde o foco de longo prazo “porque quer fazer uma conversa mais simpática”, acusou Pedro Passos Coelho, este sábado, em Alijó. O resultado é que Portugal fica aquém das melhorias alcançadas por países que viveram um passado recente semelhante ao de Portugal. E, enquanto esse cenário se desenrola, o Governo não responde às perguntas do Parlamento, num desrespeito pela democracia.

“O que temos vindo a observar, neste último ano, é que, sem que o país tenha ficado rico de uma dia para o outro”, começou-se a “arriscar um bocadinho mais”, apontou Pedro Passos Coelho. “Parece-me que estamos a correr mais riscos do que devíamos”, acrescentou o presidente do PSD, comparando a evolução dos resultados de Portugal com os de países que viveram um passado recente semelhante e que “estão a ser mais bem-sucedidos do que nós” enquanto “nós estamos a ficar para trás”. É o caso de Espanha que, como explicou o líder do PSD, tem uma economia que cresce três vezes mais do que a portuguesa. E Portugal está a pagar mais do dobro pela sua dívida do que o país vizinho.

Também neste ano Portugal cresceu menos do que em 2015, com menos criação de emprego e uma capacidade para atrair investimento também inferior. “Talvez devêssemos ser mais ambiciosos”, rematou o líder do PSD em Alijó.

“Quando nós levamos a sério o país e os portugueses, o que queremos dizer é que não estamos apenas a olhar para o dia-a-dia”, tarefa que compete a qualquer governo, explicou. “Os governos são importantes, coletivamente, quando olham mais para futuro”, o que também requer que se saiba “o que é que se quer para futuro”. O PSD sabe, adiantou o líder social-democrata: “Não queremos um futuro

que nos volte a trazer os mesmos erros do passado. Não queremos um futuro que nos traga um espartilho ainda maior do que o que tivemos em termos de contas públicas. Não queremos um futuro que nos possa trazer o afastamento daqueles que, confiando em nós, podem cá investir e ajudar-nos a crescer. Não queremos um futuro de injustiça e desigualdade. Queremos ter a oportunidade de ser um país com mais justiça social”, um “país mais desenvolvido”. Pedro Passos Coelho recordou algumas das políticas públicas que o governo que liderou levou a cabo. Políticas que deram bons resultados.

Na educação, Pedro Passos Coelho recuperou os recentes resultados que colocaram os portugueses acima da média da OCDE no ensino de matemática e ciências e na literacia. Recorde-se que estas avaliações dizem respeito aos anos entre 2012 e 2015. Ainda assim, “como era uma coisa do tempo em que o PSD tinha estado no governo”, o atual executivo “só viu os defeitos” e destacou a taxa de retenção ainda elevada. Mas também neste indicador se avançou, recordou Pedro Passos Coelho, ao apontar que a taxa de abandono escolar rondava os 28%, em 2011, e caiu para 13,7% no final do seu mandato como primeiro-ministro e do de Nuno Crato como ministro da Educação, ele que foi acusado pelos atuais governantes e maioria de “ter destruído a escola pública”.

O presidente do PSD lembrou estas acusações e aquelas que os líderes partidários que hoje governam dirigiam ao então ministro da Saúde. “O homem que era o responsável por desmantelar o Serviço Nacional de Saúde”, segundo as críticas da época, “foi agora chamado para tratar da saúde da Caixa Geral de Depósitos”. “Nós gostamos de passar do governo para a oposição sem andar a fazer estas tristes figuras”, vincou, assegurando que os social-democratas continuarão a dizer o que pensam “da mesma maneira”. “E depois deixamos que os portugueses possam ajuizar disso”.

## Governo desrespeita as instituições

O tema da Caixa Geral de Depósitos foi recordado por Pedro Passos Coelho para explicar que “tem faltado ostensivamente o respeito pelas regras da democracia”, sempre que o Governo se recusa a responder às questões que o PSD coloca no Parlamento, no pleno exercício das suas funções como oposição fiscalizadora. “Este governo nunca responde e o primeiro-ministro acha que, em vez de responder, faz umas graçolas” mostrando “uma falta de respeito pelas instituições democráticas”.

“Temos assistido a um exercício ostensivo de falta de respeito democrático sempre que estamos, olhando para o sistema financeiro e bancário, a tratar da Caixa Geral de Depósitos.” Pedro Passos Coelho questionou o comportamento do Governo que, sem dar as explicações devidas ao Parlamento, vê surgirem na comunicação social informações sobre aquilo que não esclarece. Informações que, para o líder do PSD, só podem vir da parte do próprio governo ou da administração da Caixa.

O PSD perguntou ao primeiro-ministro se havia plano de recapitalização para o banco público. “Não há resposta”, resumiu. “Mas os jornais dizem: há um plano de recapitalização e são capazes de fechar 180 balcões. Mas com que critério? Para ter que rentabilidade para o Estado? O Governo não responde! A administração da Caixa não responde!”

Acresce que, apesar de ter sinalizado a recapitalização da Caixa como uma operação urgente, o Governo foi adiando esse plano. Agora, “afinal, já há luz verde para a primeira fase” de recapitalização, disse Pedro Passos Coelho citando notícias recentes. Para o presidente do PSD, importa destacar que “se isto estivesse a passar-se com qualquer outro governo, não havia quem calasse os socialistas; e bem, porque isto é uma pouca vergonha completa e uma falta de respeito pelas instituições democráticas”.





# Questões éticas não podem ser tratadas de “forma leviana”

O PSD vai iniciar o debate interno sobre a eutanásia, recusando que sejam tomadas decisões sobre a matéria nos corredores do parlamento ou assinados acordos “à socapa”. “O que pretendemos é mobilizar a sociedade portuguesa, abrir caminho para uma consciencialização que estas matérias, este tipo de assuntos, não se tratam nos corredores do parlamento, nem em encontros, nem em acordos assinados à socapa”, afirmou terça-feira, 6 de dezembro, o vice-presidente do PSD Marco António Costa.

Falando à imprensa enquanto decorria o conselho nacional, o órgão máximo do PSD entre congressos, Marco António Costa adiantou que a eutanásia é uma matéria que deve envolver a sociedade, sendo importante que cada um possa livremente formular o seu juízo.

“Não estamos disponíveis para promover decisões no âmbito da Assembleia da República sobre matérias como estas da eutanásia sem um amplo debate na sociedade portuguesa”, insistiu.

O tema da eutanásia, que chegará à Assembleia da República no próximo ano, foi discutido “sem preconceito”, mas com “um grande sentido de responsabilidade”, já que é um tema que “socialmente fraturante e, do ponto de vista dos princípios e da ética social, “um tema muito sensível”, acrescentou o vice-presidente do PSD.



“Um debate aberto para ouvir os conselheiros nacionais e a partir daqui continuará a ocorrer dentro do PSD debate para ser formada uma opinião o mais sustentada possível sobre esta matéria”, disse, recusando que o tema seja tratado de “forma leviana” e que seja tomada uma decisão sem discussão e reflexão.

Nas declarações que fez aos jornalistas, já depois do líder do PSD, Pedro Passos Coelho, e do presidente da bancada social-democrata terem falado aos conselheiros nacionais, Marco António Costa fez questão de destacar as notícias conhecidas esta terça-feira sobre os testes PISA, sublinhando que “comprovam que todo o processo de reformas que o Governo liderado pelo PSD levou a cabo através do ministro Nuno Crato ao longo de quatro anos, foram reformas que trouxeram aos sistema educativo português resultados muito importantes”.

“A melhor forma de defender escola pública é torná-la numa escola com qualidade”, venceu.

O vice-presidente do PSD deu ainda nota da satisfação com que o PSD conheceu a notícia de que o Governo tinha escolhido Paulo Macedo para presidir à Caixa Geral de Depósitos. “Não deixa de ser curioso que o Governo tenha escolhido o ex-ministro da Saúde do nosso Governo para tratar da saúde da Caixa Geral de Depósitos”, ironizou, lamentando tudo o que andou a ser dito de “forma injusta, inapropriada” e até “desavergonhadamente” sobre a ação de Paulo Macedo quando era governante.

## Autárquicas 2017

O vice-presidente do PSD aproveitou também a oportunidade para criticar a decisão do Governo de aprovar no Orçamento do Estado medidas que vão coincidir temporalmente com o período eleitoral das autárquicas, como o aumento extraordinário de pensões.

Recomendando algum “pudor democrático” ao Governo, Marco António Costa fez votos para que o executivo socialista “tenha cuidado para garantir a imparcialidade do Estado” durante o processo eleitoral.





# Autárquicas 2017: continuar a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos

O PSD e o CDS/PP assinaram na terça-feira, 13 de dezembro de 2016, o Acordo Quadro Autárquico Nacional 2017. “Este é um acordo que vem consubstanciar muito do trabalho que já tem vindo a ser desenvolvido pelas várias estruturas quer do PSD quer do CDS-PP”, afirmou o coordenador autárquico do PSD, Carlos Carreiras.

“Estamos a meio de um processo. Aquilo que é a nossa expectativa, daquilo que já foi percorrido dentro desse percurso, é de que temos uma expectativa positiva, fundamentada, de podermos aumentar as coligações a nível nacional em comparação com 2013, isso temos”, sublinhou Carlos Carreiras.

Carlos Carreiras reafirmou que o PSD pretende atingir duas vitórias. Em primeiro lugar, “ter mais votos”, em segundo lugar, “aquilo que marca a qualidade de vida dos concidãos, uma vitória qualitativa”.

“No caso do PSD, até 31 de março, que foi a data que colocámos já em abril do ano passado, é um processo de procurar convergência, abrangência, e de apresentar projetos que sejam ganhadores do ponto de vista eleitoral mas, acima de tudo, que possam ser concretizadas essas mesmas vitórias do ponto de vista qualitativo”, defendeu.

O acordo assinado define “regras enquadradoras” das alianças pré-eleitorais já negociadas ou a negociar, “podendo ser extensível a outras forças partidárias desde que acordado previamente”, estabelece o documento distribuído aos jornalistas.



É estabelecido que “a apresentação dos candidatos é da responsabilidade do partido que indicar o cabeça de lista à Câmara Municipal, devendo estar presente um dirigente nacional do outro partido”.

O documento define que, “para efeitos de repartição de votos e da subvenção pública” os dois partidos acordaram que “o critério de repartição pelas coligações será: PPD/PSD 80% e CDS-PP 20%”.

A designação do mandatário de lista e do mandatário financeiro será da responsabilidade do partido que indicar o cabeça de lista, fixa ainda o acordo.

O acordo, que tem 10 pontos, dita ainda que “a resolução de conflitos” que emerjam do mesmo e as “dúvidas interpretativas” serão resolvidas “mediante decisão conjunta das comissões coordenadoras autárquicas dos dois partidos”.

A assinatura do acordo quadro decorreu num hotel de Lisboa. Em 2013, PSD e CDS-PP celebraram 92 acordos, governando juntos em 22 municípios.

# PSD pede esclarecimento sobre resíduos queimados em cimenteira em Setúbal



Os deputados do PSD eleitos pelo distrito de Setúbal questionaram o Governo sobre a quantidade de resíduos perigosos que foram queimados na cimenteira da Secil, entre 2008 e 2016. “Sobre matérias de resíduos, e para que o debate seja completo e sério, torna-se necessário perceber tudo aquilo que envolva movimentos de resíduos no distrito de Setúbal”, declarou Bruno Vitorino, deputado do PSD.

Bruno Vitorino recordou que o Governo liderado pelo socialista José Sócrates “avançou com a coíncineração na Serra da Arrábida, contra a vontade da população, aumentando também a quota de exploração para as pedreiras, o que vai ajudar a perpetuar a presença da Secil na Arrábida”.

O PSD exige por isso um esclarecimento público sobre os resíduos banais recebidos pelo CITRI – Centro Integrado de Tratamento de Resíduos Industriais em Setúbal. “Apesar de nos ter sido dito que a coíncineração avançaria para resolver

passivos ambientais para os quais não havia solução, a verdade é que as cimenteiras têm vindo a importar cada vez mais resíduos perigosos para queima, naquilo que se tornou um negócio de milhões, com muito pouco controlo”, acrescenta.

É neste contexto que o parlamentar social-democrata considera ser preciso tornar público o que tem vindo a ser feito na cimenteira Secil, localizada na serra da Arrábida, nomeadamente ao nível da queima de resíduos perigosos. “Para esse efeito, enviamos um documento ao ministro da tutela a pedir explicações sobre quantas toneladas de resíduos banais e perigosos foram queimadas até agora, mas também quantas ações inspetivas foram feitas e quais os resultados das respetivas análises aos resíduos que têm como destino a cimenteira da Secil, no Outão, entre outras questões. Era também importante esclarecer qual a quantidade destes resíduos que é importada e qual a sua origem”, concluiu.

# PSD/Ovar critica exclusão da autarquia nas negociações sobre a nova unidade saúde



O PSD/Ovar está preocupado com o futuro do hospital local por causa da exclusão da autarquia do grupo de trabalho que vem analisando se é viável criar-se na região uma megaestrutura de saúde integrando a unidade da Feira. Em comunicado, dia 12, a comissão concelhia do PSD/Ovar afirma que o executivo camarário local tem defendido a “autonomia e o reforço de competências” do hospital vareiro, mas diz rezear que a Câmara esteja a ser excluída das negociações quanto ao futuro da unidade.

“Vemos com muita preocupação (...) que o presidente da Câmara de Ovar não faz parte do grupo de trabalho para análise técnico-financeira da eventual inclusão de Ovar numa mega unidade local de saúde com os nossos vizinhos do Entre Douro e Vouga, tal como prometido inicialmente por parte do Governo socialista”, refere o documento.

Os sociais-democratas reclamam também que “não há qualquer desenvolvimento no incremento de médicos, enfermeiros e administrativos no polo de Maceda da Unidade de Saúde Familiar Laços” - “não obstante todo o esforço que tem sido feito pela Câmara Municipal, que se substitui constantemente à Administração Central do Estado nesta matéria”, realça.

Como exemplo disso, o PSD/Ovar refere que foi a autarquia que agilizou os procedimentos relativos à unidade de saúde de Maceda, “com a aquisição do edifício e subsequente intervenção infraestrutural e de equipamento, num investimento municipal integral na ordem do meio milhão de euros”.

O mesmo aconteceu com a unidade de saúde de Válega: “Representa um investimento na ordem do milhão de euros e a comparticipação nacional será suportada também integralmente pela Câmara”

O PSD reclama, por isso, para Ovar “mais valências e equipamentos, uma melhor Urgência Básica e uma aprofundada articulação com todas as unidade de saúde”, no que reconhece que a sua pretensão é idêntica à das “restantes forças políticas do concelho”.

## Petição para salvar o Centro de Medicina do Sul

O PSD de São Brás de Alportel entregou no parlamento uma petição “Pela Salvação do Centro de Medicina e Reabilitação do Sul”, que exige uma definição “urgente” do modelo de gestão a implementar na unidade, anunciou o PSD local. Desde que, em 2013, o contrato de concessão a um privado terminou e não foi renovado por falta de visto do Tribunal de Contas, a unidade de saúde algarvia tem sido gerida pela Administração Regional de Saúde (ARS) da região, opção que a petição apresentada na Assembleia da República e subscrita por 2.000 pessoas critica, por considerar que não estão a ser asseguradas as “reais necessidades” do Centro de Medicina Física e Reabilitação (CMR) do Sul.

O centro de saúde de São Brás de Alportel é a única unidade do Serviço Nacional de Saúde especializada em medicina física e de reabilitação a sul do Tejo e a petição qualifica-a como “vital” para a saúde em São Brás de Alportel e no Algarve” por prestar um “serviço de excelência reconhecido por quem o frequenta” e “por entidades independentes especializadas, como a Entidade Reguladora da Saúde ou o Tribunal de Contas”.

“Tem salvado milhares de pessoas, às quais devolve a esperança no futuro. Tem feito muito pela saúde e pelas populações. Por outro lado, emprega dezenas de pessoas e, por isso, é também um importante polo dinamizador da economia local”, destaca ainda a petição.

O “impasse” na gestão da unidade de saúde “coloca em risco a qualidade do serviço e a sua sobrevivência” e faz com que se assista à “falta de pessoal técnico”, à “obsolescência dos equipamentos”, a um “ambulatório perto do encerramento - não aceitando novos doentes - e a uma parte das camas fechadas, enquanto a lista de espera aumenta”, consideram ainda os signatários da petição.

“Neste momento, a instituição é gerida pela Administração Regional de Saúde, modelo de gestão que todos sabem inapropriado e lesivo. Por isso, foi anunciado pelo Governo que em março se iria lançar uma concessão a privados. Três meses depois o Governo garantiu que o CMR SUL não voltará ao modelo de Parceria Público Privada (PPP), mas não avançou concretamente com qual o modelo que seria adotado”, apontou o PSD de São Brás de Alportel.

Por isso, o PSD de São Brás de Alportel considera ser “urgente” encontrar uma solução para o Centro de Medicina e Reabilitação do Sul, “devendo o modelo de gestão a adotar garantir a autonomia da gestão clínica, administrativa e financeira”.



# Estatuto do Gestor Público: emendar a trapalhada



O PSD vai recorrer ao Tribunal Constitucional (TC) para reverter as alterações feitas pelo Governo ao estatuto do gestor público, mudanças feitas em “frontal e expressa violação da lei”.

“Vamos suscitar junto do Tribunal Constitucional essa apreciação, que visa sobretudo verificar da constitucionalidade da circunstância de dentro do espaço empresarial do Estado haver um regime de exceção destinado especificamente aos administradores da Caixa Geral de Depósitos”, afirmou o presidente da bancada parlamentar, Luís Montenegro.

Luís Montenegro falava aos jornalistas no parlamento minutos depois do chumbo dos projetos de lei do PSD que limitava os salários dos administradores da Caixa Geral de Depósitos.

Se os dois diplomas tivessem sido aprovados, sublinhou o líder parlamentar do PSD, ter-se-ia evitado o pedido de fiscalização da constitucionalidade, porque “a própria lei resolveria o problema com a alteração que iria ser introduzida”.

“Primeiro propusemos a cessação de vigência do decreto, que implicava que a lei anterior continuasse em vigor, mas foi rejeitado. Num segundo momento, em sede orçamental, tornámos a propor essa norma e foi rejeitado com votos do PS, PCP e BE e hoje finalmente um projeto de lei. Esgotadas que estão as possibilidades do legislador resolver o problema, vamos suscitar a questão ao Tribunal Constitucional”.

Questionado sobre os fundamentos que o PSD irá apresentar, o líder da bancada social-democrata disse que o requerimento está ainda a ser trabalhado, mas adiantou que será centrado no facto de “não haver um tratamento igual em todo o setor público e setor

empresarial público”.

De acordo com a alínea d) no número 2 do artigo 281.º da Constituição da República, podem requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, com força obrigatória geral, “um décimo dos deputados à Assembleia da República”.

Também no dia 6, o deputado Luís Marques Guedes havia sido perentório: Se a esquerda permanecer “com a cabeça enterrada na areia”, o PSD “vai suscitar a apreciação da constitucionalidade do decreto de lei do Governo”.

“Ou cruzamos os braços e demitimo-nos das nossas responsabilidades (...) e ficamos à espera que o Tribunal Constitucional intervenha ou então emendamos esta trapalhada, como é nossa obrigação”, havia instado antes o parlamentar do PSD.

Para o deputado social-democrata, há uma “borrada jurídica para resolver” e que diz respeito ao “diploma que, embora inconstitucional, está em vigor” e que mudou o estatuto do gestor público para acomodar a administração da CGD liderada por António Domingues - gestor que ficará no banco até 31 de dezembro, sendo depois substituído por Paulo Macedo.

A mudança aplicada pelo Governo, diz Marques Guedes, está em “frontal e expressa violação da lei que aprova as bases gerais do setor público empresarial”, onde é referido que “só podem ser admitidos a prestar funções como titulares” de órgãos públicos pessoas com “comprovada idoneidade, mérito e competência” e a quem é “aplicado o disposto no estatuto do gestor público”, sem exceções.

# “Governo das esquerdas” está a degradar os serviços públicos

O deputado do PSD Hugo Soares considera que o aumento em 2016 das queixas ao Provedor de Justiça sobre serviços públicos dá razão às críticas dos sociais-democratas ao “governo das esquerdas radicais”. “As participações e queixas ao Provedor de Justiça duplicaram face a 2015. Isso é também demonstrativo daquilo que o PSD tem vindo a dizer, que se assiste hoje em Portugal a uma degradação dos serviços públicos, do acesso dos portugueses aos serviços públicos”, defendeu o vice-presidente da bancada social-democrata, em declarações à Agência Lusa.

O deputado alertou que a “degradação dos serviços públicos só tem respaldo nos cortes efetuados pelo Governo das esquerdas radicais na educação, transportes e saúde”, tornando-os “mais demorados e de pior qualidade”.

O “Diário de Notícias” divulgou que desde janeiro e até final de setembro foram 15.058 as solicitações dirigidas ao Provedor de Justiça, um número de queixas diárias que é praticamente o dobro do contabilizado nos doze meses do ano anterior, em que a média foi de 29 por dia.

Este ano, a média está nos 54 por dia e incide em primeiro lugar as “falhas do fisco, como os casos de reembolsos atrasados do IRS”, seguidas das queixas relativas a atrasos no pagamento de prestações sociais e subsídios. A Justiça e os serviços da água, luz e gás surgem também entre os principais motivos de queixa dos cidadãos, segundo o balanço feito pelo Diário de Notícias.

Hugo Soares destacou ainda um outro indicador que disse “dar razão às críticas do PSD” ao Governo PS, sublinhando a queda de 3,5% das exportações face ao período homólogo.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística conhecidos na semana passada revelam também que as exportações de combustíveis e lubrificantes e máquinas e outros bens de capital aumentaram face ao mês homólogo de 2015. Excluindo os combustíveis e lubrificantes, em outubro as exportações decresceram 4,1% e as importações diminuíram 0,8% (respetivamente +7,9% e +3,8% em setembro).



## Deputados do PSD estão atentos às dificuldades das empresas do Parque Empresarial de Estarreja

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Aveiro visitaram o Eco-Parque Empresarial e o Complexo Químico de Estarreja (CQE), registando as preocupações das empresas ali instaladas e do Município local e deixando a garantia de que acompanhariam junto da tutela as matérias tratadas.

A sessão de trabalho teve lugar no Centro de Negócios do Eco-Parque Empresarial, 5 de dezembro, onde os parlamentares foram recebidos pelo presidente da Câmara Municipal e por responsáveis das empresas do CQE, que compõem o PACOPAR, painel consultivo comunitário do programa atuação responsável de Estarreja.

Na ocasião, o secretário do PACOPAR e diretor industrial da CIRES - Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, apresentou aquele painel, dando a conhecer a sua missão, que passa por melhorar continuamente a qualidade de vida de Estarreja, carregando sinergias para promover um desenvolvimento sustentável. Pedro Gonçalves discorreu, também, sobre alguns dos projetos e atividades que ao longo dos anos tem desenvolvido e apoiado na comunidade, em áreas como o Ambiente, a Saúde, a Segurança e Prevenção de Riscos, a Educação, a Comunicação e a Solidariedade Social.

O Complexo Químico de Estarreja emprega mais de 600 pessoas no seu conjunto. Perante os deputados, Mesquita Sousa, diretor de operações e de energia da CUF, abordou questões que têm vindo a ser veiculadas à tutela, à frente das quais os custos diretos de produção. De acordo com a sua exposição, os custos representam uma das maiores dificuldades com que todas as empresas se deparam, constituindo uma forte ameaça ao seu desenvolvimento, expansão e crescimento das empresas.



O elevado custo da energia elétrica e do gás natural, com um consecutivo aumento desde 2010, é, segundo Mesquita Sousa, um dos grandes fatores de perda de competitividade face à sua concorrência europeia. O peso do custo da energia representa, em média, cerca de 60 por cento dos fatores diretos de produção o que quando comparado, por exemplo, com a Espanha constitui uma clara desvantagem

Os deputados do PSD registaram as preocupações das empresas do CQE e do Município de Estarreja, deixando a garantia de que estarão atentos às questões levantadas ao longo da visita e que acompanharão estas matérias junto da tutela, questionando o governo sempre que esteja em causa a competitividade das nossas empresas e, consequentemente, a empregabilidade.

# Miguel Albuquerque reeleito presidente do PSD/Madeira



Miguel Albuquerque foi reeleito presidente da comissão política do PSD/Madeira em eleições internas diretas, tendo obtido 98,2 por cento dos votos dos militantes.

“Dos 3.532 militantes em condições de votar, 2.901 exerceram o seu direito de voto, sendo que do total de votos apurados 2.850 deram ‘sim’ à reeleição de Miguel Albuquerque, tendo sido ainda apurados 35 votos em branco e 16 nulos”, revelou o porta-voz do partido, Tranquada Gomes. Em termos percentuais, Miguel Albuquerque alcançou 98,2% de votos num universo de 82,2% votantes.

“O PSD/Madeira concretiza o compromisso que assumiu e inscreveu nos seus estatutos: o compromisso de realizar eleições internas de dois em dois anos, reconhecendo a importância dos seus dirigentes serem legitimados pelas bases do PSD/Madeira através do sufrágio”, afirmou o porta-voz.

Miguel Albuquerque realçou que o “número expressivo” de militantes que acorreu às sedes do partido para exercer o voto vem mostrar que o PSD/Madeira é um partido “vivo, empenhado e dinâmico”.

“É também um claro sinal da mobilização dos nossos militantes, que mostraram hoje o seu empenho face ao desafio que se avizinha: as eleições autárquicas de 2017”, sublinhou, vincado que o PSD tem “os melhores” para recuperar os municípios da região autónoma.

Na eleição de dia 9, que decorreu entre as 18h00 e as 20h00, foram também eleitos 450 delegados ao XVI congresso do PSD/Madeira, que se realiza nos dias 21 e 22 de janeiro de 2017.

## Madeira não aceita “imposições injustas”

O presidente do Governo Regional afirmou no Funchal que o PSD/Madeira e o executivo

regional têm “capacidade de diálogo” com o Estado, mas não estão dispostos a aceitar “imposições injustas”. “O nosso governo não rompe o diálogo com Lisboa, não rompe o diálogo com o Estado, mas há uma coisa que quero dizer com muita clareza: o PSD/Madeira é firme e vai continuar a ser firme na defesa intransigente dos interesses dos madeirenses e dos porto-santenses”, afirmou no decurso do jantar de Natal do partido.

Miguel Albuquerque salientou, diante de centenas de militantes, que os madeirenses “não se agacham perante ninguém”, sobretudo face a “imposições injustas”, dando como exemplo o financiamento do novo hospital da Madeira pelo Estado.

No compromisso e “acordo de financiamento” estabeleceu-se uma comparticipação estatal de 80 por cento e não de 50%, como entretanto foi revelado. “Não venham enganar os madeirenses a dizer que é 50%. O acordo é 80%”, venceu.

O dirigente do PSD lembrou, ainda, que a Constituição da República determina que as receitas fiscais geradas e cobradas na região autónoma são próprias, pelo que não aceita a aplicação de sobretaxas aos impostos pagos pelos madeirenses.

Miguel Albuquerque sublinhou, por outro lado, que as eleições autárquicas de 2017 são “essenciais” para o futuro da região autónoma, onde atualmente o PSD governa em quatro municípios, num total de onze. “Nós temos os melhores autarcas para exercer o poder de proximidade com a nossa população e o nosso partido só será derrotado se nos dividirmos”, disse.

Miguel Albuquerque salientou ainda que os objetivos do seu executivo, eleito com maioria absoluta em 2015, foram cumpridos e anunciou a devolução, no próximo ano, de 6,5 milhões de euros de IRS às famílias madeirenses e reposição do subsídio de insularidade aos funcionários públicos no valor de 4,9 milhões de euros.



# povo livre

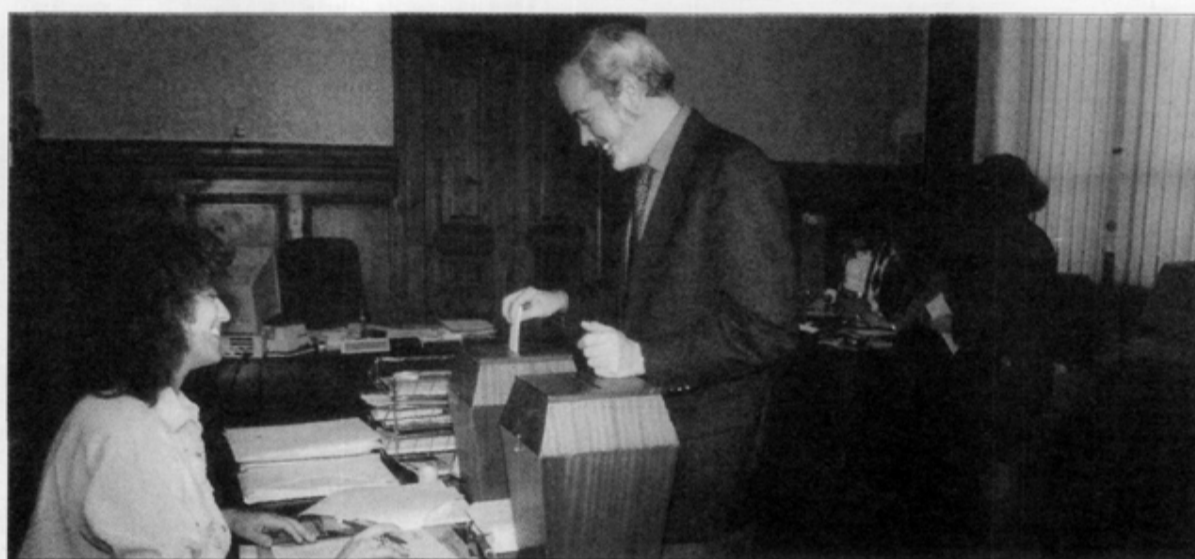
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1044 • 8 NOVEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00

## FMI preocupado com rumo do Governo

*A representante do FMI (Fundo Monetário Internacional) a um Seminário para Banqueiros Estrangeiros, que decorreu no Funchal, expressou reservas e temores em relação à política económica do novo Governo porque indica um possível aumento da dívida pública portuguesa.*

*A especialista do prestigiado organismo internacional, e que é profunda conhecedora da situação portuguesa, referia-se, em particular, ao rendimento mínimo garantido, afirmando que «seria importante garantir que tal iniciativa não gerasse o desincentivo ao trabalho, minimizando os riscos do abuso, que são sempre significativos neste tipo de esquemas».*



## Eleita nova direcção do Grupo Parlamentar do PSD



Cavaco Silva apresenta mandatários e Comissão Política



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### BATALHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2016 (domingo), pelas 21h00, no edifício sede da Junta de Freguesia da Batalha, sito na Rua do Infante Dom Fernando, 432 (Célula B) - Batalha, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Processo eleitoral autárquico de 2017
- 3 - Assuntos diversos

### MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande, para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2017 (domingo) pelas 20h30, na sede, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único --Eleição da Comissão Política de Secção para o biênio 2017-2019.

#### Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues, na sede, ao Presidente da Secção, ou a quem, estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h30 às 22h30

### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Odivelas para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2016, (terça-feira), pelas 21h00, na sede, sita na rua Combatentes do Ultramar, 20 B, - Odivelas, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 - Análise da situação política.

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 19 de Dezembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h00 no auditório da Junta de Freguesia de Paranhos, sito na Rua Álvaro Castelões, 811, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições Autárquicas 2017

### VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila de Rei, para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 17h00

### VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 09 de Janeiro de 2017 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas a apresentar aos órgãos autárquicos, nos termos do artº 53, nº 2, al. f) dos Estatutos



### CONSELHO DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o II Conselho Distrital Ordinário do mandato 2016-2018 para reunir no próximo dia 15 de Janeiro de 2017, pelas 14h30m, no Hotel Turismo de Trancoso, sito na Rua Prof.ª Irene Avilez, 6420-227 Trancoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise e balanço do primeiro ano do mandato da Comissão Política Distrital;
2. Análise da situação política;
3. Eleição dos representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
4. Outros assuntos.

#### Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD Distrital sita na Rua Marquês de Pombal, 3, 2.º, Guarda.

As urnas estarão abertas durante a realização do Conselho Distrital.

### LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Loulé, para reunir no próximo dia 22 de Dezembro de 2016 (Quarta-feira), pelas 10h00, na Sede do PSD/Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, com a seguinte ordem

de trabalhos:

- 1- Análise da situação política;
- 2- Outros assuntos;

### NÚCLEO DE GALEGOS DE SANTA MARIA - BARCELOS

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Galegos Santa Maria, para reunir no próximo dia 21 de Janeiro de 2017 (Sábado), pelas 12 horas, na Avenida Santa Maria Futebol Clube, número 140, Galegos Santa Maria, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política do Núcleo da JSD de Galegos Santa Maria.

#### Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado no referido local, que para o efeito se encontrará aberto, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Barcelos ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 12h e as 14h.

### NÚCLEO DE QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial de Quarteira, para reunir no próximo dia 14 de Janeiro de 2017 (Sábado), pelas 11 horas, no Centro Autárquico de Quarteira, sito na Rua Vasco da Gama, n.º 85, em Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição dos Órgãos do Núcleo Residencial da JSD/Quarteira.

#### Notas:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo, ou ao seu substituto legal, até às 23h59m do terceiro dia anterior à eleição.

As urnas estarão abertas das por um período de 2 horas (das 11h00m às 13 horas).

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

### VILA DE REI

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Vila de Rei, para reunir no dia 14 de Janeiro de 2017, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Vila de Rei, sita na Rua Dr. Eduardo Castro, n.º 6, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Vila de Rei.

#### Notas:

As urnas estarão abertas das 15h00 às 17 horas (período mínimo de 2 horas).

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.